

Saldo Excedente recua e ministro pede que oposição não o altere

Miranda Sarmento diz que país não está em condições de ter “superavits muito elevados”. Emprego abranda

Abílio T. Ribeiro
abilio.ribeiro@jn.pt

PREVISÕES O saldo das contas públicas deverá manter-se positivo no próximo ano, com um excedente previsto de 700 milhões de euros. Miranda Sarmento afasta o cenário de “folga” orçamental e avisa que o país não está em condições de ter “superavits muito elevados”.

“O que espero é que, caso o Orçamento seja viabilizado, os partidos sejam responsáveis na discussão na especialidade e não alterem o objetivo do país de um excedente de 0,3% do próximo ano”, sublinhou.

De acordo com o Orçamento do Estado para 2024 entregue ontem à Assembleia da República, o Governo da AD aponta para um excedente de 0,4% do PIB, revendo em baixa para 0,3% do PIB, em 2025, o que corresponde a cerca de 700 milhões de euros, avançou o ministro das Finanças, durante a apresentação do documento. A verdade é que estes valores vão ao encontro do Programa de Estabilidade apresentado à Comissão Europeia, em abril, mas afasta-se do valor histórico de 1,2% registado em 2023.

Aos jornalistas, o ministro Miranda Sarmento afirmou que o “país não está neste momento em condições, quer do ponto de vista dos serviços públicos, quer da carga fiscal ou da execução do Plano de Recuperação e Resiliência, de ter superavits [excedente orçamental] muito elevados” e diz estar bastante confortável com

Cenário macroeconómico do OE2025

Variações em %, exceto quando assinalado

	2024 (estimativa)	2025 (previsão)
PIB	1,8	2,1
Consumo privado	1,8	2,0
Consumo público	2,6	1,2
Investimento	3,2	3,5
Exportações de bens e serviços	2,5	3,5
Importações de bens e serviços	2,9	3,5
Inflação	2,6	2,3
Taxa de desemprego (% da pop. ativa)	6,6	6,5
Dívida (em % do PIB)	95,9	93,3

FONTE: OE2025 INFOGRAFIA JN

este saldo orçamental se “a economia continuar a crescer em torno de 2%”.

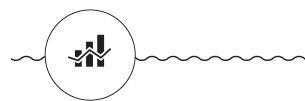
A impulsionar este crescimento está a aceleração da procura interna, como o investimento, o consumo privado e as exportações. As previsões plasmas no documento apontam para uma evolução da economia portuguesa de 1,8%, este ano, e 2,1%, em 2025.

O consumo privado deverá crescer 2,0%, em

2025, e as exportações deverão subir 3,5%, sendo que a despesa com as importações também deverá aumentar. Ao mesmo tempo, o Governo estima a diminuição do consumo público para 1,2%.

De acordo com o documento, o cenário macroeconómico do Governo da AD aponta para uma desaceleração do crescimento do emprego para o próximo ano (0,7%). Ainda assim, a taxa de desemprego deverá cair 0,1% face a 2024, devendo terminar este ano nos 6,6% da população ativa. Em paralelo, a produtividade do emprego deverá evoluir 0,7%, em 2024, e 1,4%, em 2025, e o peso das remunerações por trabalhador do Estado deverá cair de 6%, em 2024, para 4,7%, em 2025.

Já a inflação recua para os 2,6%, ainda este ano, e para os 2,3%, em 2025. Em 2023, a inflação foi de 5,3%. Por sua vez, a dívida pública mantém a tendência de descida, para 95,9% do PIB, este ano, e 93,3%, em 2025. ●



2,3%

Em termos reais, a remuneração média (deflacionada) cresce 3,3% e 2,3%, respetivamente, em 2024 e 2025. Ou seja, menos dinheiro efetivo nos bolsos dos portugueses.

OPINIÃO

Um país sem problemas...



POR **José Reis**
Faculdade de Economia de Coimbra

Até ontem, a discussão sobre o Orçamento de Estado parecia a de um país sem problemas. Sugeria-se que pensássemos no melhor meio de baixar os impostos diretos (os indiretos, os mais injustos, não vinham ao caso). E havia quem “soprasse” que a redução de impostos era um caminho “mágico” para o aumento de salários e da competitividade (cito, como exemplo, o que se diz na capa de um jornal económico sobre o IRC).

Como se tinha aberto a porta da fiscalidade, talvez se discutissem as injustiças fiscais, as que distorcem a progressividade que dá nobreza à tributação direta. Mas não: a oferta de não englobamento de rendimentos que não vêm do trabalho ou o escape de certas formas (legítimas) de obtenção de riqueza não eram para aqui chamadas.

Apesar de o Orçamento ser um documento político complexo, pouco se sabia dele até começar a ser apresentado. E nessa altura pôde reorientar-se a agulha do debate. Podemos agora falar das ausências, do que lá não está. Chamar à conversa os problemas, porque o país tem muitos.

Por exemplo, para não ferir ouvidos suscetíveis, que não gostam de ouvir falar de regulação das rendas, investimento público para oferta pública de habitação, um serviço nacional de habitação. Ou um exercício de seletividade nos benefícios fiscais às empresas, limitando-os ao que possa alterar o perfil de especialização de uma economia de baixos salários e em que três quartos do emprego está em empresas ou organizações que não são capazes de elevar a produtividade acima da média, puxando-a para baixo?

E sobre a banca (tão “acarinhada” com recursos públicos quando se meteu em alhadas) e as empresas que têm uma posição dominante (com os correspondentes lucros elevados) em setores que formam os preços dos quais depende o bem-estar de tanta gente?

E sobre o SNS: ficamos esclarecidos sobre o risco de o infiltrarmos ainda mais de privados? O Governo que temos é este. E não deixará de aumentar a despesa pública. Veremos qual.

Carga fiscal pouco baixa



POR **Óscar Afonso**
Diretor da Fac. de Economia do Porto

A proposta de Orçamento de Estado de 2025 (OE 25) acolhe a última contraproposta do PS com poucas mudanças, após as negociações sem acordo focadas nas duas “linhas vermelhas” do PS. No IRS jovem, a duração sobe para 10 anos (entre os sete anos propostos pelo PS e os 13 que o Governo queria), o dobro da atual, e, como negociado, a idade sobe para os 35 anos e finda o 12.º ano como critério de acesso, que considero um erro grave, pois incentiva o início da vida ativa sem a escolaridade mínima. Deveria aplicar-se a partir da licenciatura, para incentivar as qualificações além do mínimo e concentrar o apoio naqueles em maior risco de emigrar, baixando o custo a medida. Seria uma maneira de a melhorar, mas prefiro a sua substituição, a par com os programas Regressar e IFICI+, pelo IRS “novo talento” que defendo, com deduções em IRS nos anos após novas qualificações superiores, crescentes no grau. No IRC, confirma-se o corte de um ponto percentual nas taxas – que o PS aceitava sem novos cortes até 2028, que o Governo sinalizara – e o reforço das deduções condicionais à valorização de salários e reinvestimento de lucros. Prefiro, como o FMI, que se baixe a derrama estadual, por ser progressiva. O Governo acabou as negociações por não estarem em causa os anos seguintes, mas no OE 25 não menciona novos cortes de taxas de IRC até 2028 e acolheu o grosso das vontades do PS, incluindo a retirada das anteriores propostas de lei de IRS jovem e IRC, num “sinal de boa vontade”. A viabilização do PS depende agora de todo o OE 25. Uma parte do partido não quer arriscar deixar a decisão para o “cata-vento” Chega, cuja rejeição “irrevogável” mudou para aprovação com o não acordo entre Governo e PS e novamente para rejeição após a retirada das propostas de lei.

A carga fiscal baixa um pouco (de 37,8% para 37,5% do PIB) – com o corte de IRS a superar a subida do IRC (os cortes só têm efeito em 2026), ISP e contribuições sociais –, confirmando-se que só poderá cair mais com uma reforma do Estado.